



SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR DO OESTE DE SANTA CATARINA: EDUCAÇÃO COOPERATIVA PODE FAZER A DIFERENÇA?

FAMILY FARM SUCCESSION IN WEST SANTA CATARINA: CAN COOPERATIVE EDUCATION MAKE A DIFFERENCE?

SUCESIÓN EN LA AGRICULTURA FAMILIAR EN EL OESTE DE SANTA CATARINA: ¿PUEDE LA EDUCACIÓN COOPERATIVA HACER LA DIFERENCIA?

João Guilherme Leite¹ 
Tiana Marielle Schuster² 

Submissão: 13/09/2022 / Aceito: 26/01/2023 / Publicado: 08/04/2023.

RESUMO

Apesar da contribuição da agricultura familiar para geração de emprego e renda, os estabelecimentos agrícolas sofrem com a escassez de mão de obra provocada pela falta de sucessão familiar. Esse fenômeno tem consequências preocupantes para as cooperativas agropecuárias, particularmente aquelas que dependem da sucessão familiar para garantir o suprimento de matéria prima. Uma estratégia comum para promover sucessão familiar são os programas de educação cooperativa. O objetivo deste trabalho é explorar o impacto da educação cooperativa, no formato de curso de capacitação, sobre a sucessão familiar no Oeste de Santa Catarina. A pesquisa foi realizada em quatro municípios da região Oeste do estado: Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Planalto Alegre e São Carlos. A coleta de dados foi realizada com a aplicação de dois questionários, direcionados a dois grupos de jovens filhos de agricultores residentes na região do estudo e filiados a uma das maiores cooperativas agroindustriais do Sul do país. O primeiro grupo (n=20) realizou o curso de formação de jovens lideranças e sucessão familiar, oferecido pela cooperativa. O segundo grupo (n=20) não realizou o curso. Os resultados não permitem identificar uma contribuição significativa do curso de capacitação de jovens lideranças sobre a sucessão familiar na região estudada. Aparentemente, as condições encontradas pelos jovens são favoráveis à sua permanência no estabelecimento rural, independentemente de sua participação no curso de jovens lideranças e sucessão familiar. Também foi possível identificar baixa prevalência de mulheres, corroborando a outros trabalhos sobre êxodo de mulheres e masculinização rural.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural. Cooperativas agropecuárias. Juventude rural.

ABSTRACT

Despite the contribution of family farming to employment and income generation, farmers suffer from labor shortage caused by the lack of family succession. This phenomenon has worrying

¹Doutor em Sistemas de Produção Agrícola pela Universidade de Wageningen. Professor Adjunto na Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó. E-mail: joao.leite@uffs.edu.br

²Bacharel em Agronomia pela Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó. Bolsista Voluntária de Iniciação Científica. E-mail: tiana_schuster@hotmail.com



consequences for agricultural cooperatives, particularly those that depend on family succession to ensure the sustainability of feedstock supply chains. A common strategy to promote family succession is cooperative education programs. The objective of this work is to explore the impact of cooperative education, in the form of a training course, on family succession in the West of Santa Catarina. We conducted the research in four municipalities in the western region of Santa Catarina: Águas de Chapecó, Caxambú do Sul, Planalto Alegre and São Carlos. Data collection was conducted with the application of two questionnaires, aimed at two groups of young sons and daughters of farmers residing in the study region and affiliated to one of the largest agro-industrial cooperatives in the South of the country. The first group (n=20) attended the training course on youth leadership and family succession, offered by the cooperative. The second group (n=20) did not take the course. We found no significant contribution of the training course on family succession in the studied region. The conditions found by rural youth are favorable to their permanence in the farm, regardless of their participation in the youth leadership and family succession course. It was also possible to identify a low prevalence of women, corroborating other studies on the exodus of women and rural masculinization.

Keywords: Rural development. Agricultural cooperatives. Rural youth.

RESUMEN

A pesar de la contribución de la agricultura familiar a la generación de empleo e ingresos, los establecimientos agrícolas sufren escasez de mano de obra provocada por la falta de sucesión familiar. Este fenómeno tiene consecuencias preocupantes para las cooperativas agrarias, en particular aquellas que dependen de la sucesión familiar para garantizar el abastecimiento de materias primas. Una estrategia común para promover la sucesión familiar son los programas de educación cooperativa. El objetivo de este trabajo es explorar el impacto de la educación cooperativa, en la forma de un curso de formación, en la sucesión familiar en el Oeste de Santa Catarina. La investigación fue realizada en cuatro municipios de la región occidental del estado: Águas de Chapecó, Caxambú do Sul, Planalto Alegre y São Carlos. La recolección de datos se realizó con la aplicación de dos cuestionarios, dirigidos a dos grupos de hijos pequeños de agricultores residentes en la región de estudio y afiliados a una de las cooperativas agroindustriales más grandes del Sur del país. El primer grupo (n=20) realizó el curso de formación de líderes jóvenes y sucesión familiar, ofrecido por la cooperativa. El segundo grupo (n=20) no tomó el curso. Los resultados no permiten identificar un aporte significativo del curso de formación de líderes jóvenes sobre la sucesión familiar en la región estudiada. Al parecer, las condiciones que encuentran los jóvenes son favorables para su permanencia en el establecimiento rural, independientemente de su participación en el curso de jóvenes líderes y sucesión familiar. También fue posible identificar una baja prevalencia de mujeres, corroborando otros estudios sobre el éxodo de mujeres y la masculinización rural.

Palabras chave: Desarrollo rural. Cooperativas agrarias. Juventud rural.

INTRODUÇÃO

A agricultura é uma das atividades mais importantes à economia do estado de Santa Catarina. No estado, há um total de 183.065 estabelecimentos agropecuários, a maioria familiar, que produzem alimentos e matérias-primas, gerando cerca de 500 mil postos de trabalho diretos e

outros milhares em diversas cadeias produtivas, com geração de alto valor agregado (CEPA, 2018).

Apesar da contribuição da agricultura para geração de empregos, os estabelecimentos agrícolas do Sul do país perdem seus sucessores com a saída dos jovens do meio rural (WEISHEIMER, 2005 e 2019). E esta não é uma situação isolada, uma vez que a migração de pessoas, principalmente jovens, do campo para cidade é uma preocupação em diferentes regiões do mundo (DEFRANCESCO et al., 2018; FAO, 2016; HEIDE-OTTOSEN, 2014; ZOU et al., 2018).

Quem serão os agricultores do futuro? Essa é uma questão que emerge a partir do esvaziamento e envelhecimento das zonas rurais, combinado ao processo de modernização agrícola que requer habilidades frequentemente escassas entre os agricultores mais velhos (WHITE, 2012). Regiões em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, são ainda mais afetadas pela ausência de oportunidades sociais e econômicas nos espaços rurais (LEAVY; HOSSAIN, 2014; SUMBERG et al., 2012).

As consequências da migração de jovens, do campo para cidade, são particularmente preocupantes para as cooperativas agropecuárias constituídas pela agricultura familiar e que dependem da sucessão para garantir sua sustentabilidade (p.ex., sistemas de integração agroindustrial).

Uma estratégia comum entre as cooperativas agropecuárias para promover a sucessão familiar e, assim, garantir a sustentação do seu negócio, são os programas de sustentabilidade cooperativa, frequentemente pautados pelo princípio da educação (SESCOOP, 2014).

A educação cooperativa tem o propósito de promover os processos administrativos e produtivos, através da formação técnica com foco no aumento da eficiência gerencial e produtiva, sucessão familiar e no engajamento de jovens em funções de liderança dentro da cooperativa. Também visa atrair novos associados e qualificar a autogestão através da participação dos cooperados (SCHNEIDER, 2003).

Apesar da relativa complexidade do processo sucessório, particularmente quanto as causas para permanência dos jovens no campo, muitas cooperativas agropecuárias concentram seus esforços em ações educacionais. Mas seria essa uma estratégia efetiva para tratar do problema? O objetivo deste trabalho é explorar o impacto da educação cooperativa, no formato de curso de capacitação, sobre a sucessão familiar no Oeste de Santa Catarina.

O trabalho está estruturado em quatro partes principais. A primeira apresenta elementos introdutórios, objetivos e revisa a literatura sobre o tema. A segunda parte apresenta a

metodologia, indicando o percurso metodológico para o desenvolvimento da pesquisa. Na terceira são abordados os resultados e a discussão sobre o perfil dos jovens e o impacto do curso de formação de lideranças sobre suas intenções de permanecer no campo. Finalmente, a última seção apresenta as considerações finais do estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Agricultura familiar em Santa Catarina

A agricultura no estado de Santa Catarina é desenvolvida predominantemente em pequenas propriedades rurais, por aproximadamente 180 mil famílias, que representam 90% dos estabelecimentos agropecuários catarinenses. Apesar de ocuparem apenas 41% das áreas agrícolas do estado, respondem por cerca de 70% do valor da produção agrícola e cerca de 80% do leite produzido em Santa Catarina (CEPA, 2017). A agricultura familiar do estado também se destaca nacionalmente. O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) alcançou R\$ 20,48 bilhões em 2017 (9º maior faturamento do país), sendo que 51% desse total veio da agricultura familiar (CERON, 2019).

A região Oeste de Santa Catarina é responsável por grande parte da produção agroalimentar do estado, com municípios relativamente pequenos (87% têm menos de 40.000 habitantes) e população basicamente rural, o setor primário é responsável pela maior fatia da movimentação econômica dos municípios (ALVES; MATTEI, 2006). Nesta região, também há o predomínio da agricultura familiar (WINCK, 2013).

Para Marques e Noronha (1998), a agricultura familiar tem três características principais i) a gestão e os investimentos são realizados por indivíduos que possuem laços de sangue entre si; ii) o trabalho é realizado pelos membros da família; e iii) a propriedade e seus meios de produção pertencem à família sendo os mesmos transferidos de geração para geração. Essas características dificultam a permanência do jovem no campo, principalmente pelos conflitos de gerações. O jovem necessita buscar novas ferramentas de trabalho, enquanto seus pais muitas vezes não aceitam bem aquilo que consideram ingerência dos filhos na gestão da propriedade rural.

O agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, em função de ser seu local de trabalho, moradia, relações e convívios sociais. Diferente da agricultura empresarial a agricultura familiar não separa a gestão do empreendimento das relações familiares. Ambas se apoiam e se completam. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor.



Sucessão familiar rural

A sucessão é um processo formado por três componentes: a transferência patrimonial, a continuação da atividade agrícola e a substituição das gerações mais velhas da gestão do estabelecimento rural (LEONE, 1991; ABRAMOVAY et al., 2001; FISHER; BURTON, 2014).

As principais características para o processo de sucessão familiar rural são a necessidade de preparar os filhos para o processo de sucessão e incentivar os pais a encorajarem seus filhos a permanecerem e valorizarem o campo (TOLOTTI et al., 2018).

Desde muito cedo os filhos e filhas dos agricultores se integram ao processo de trabalho, aos poucos aprendem e assumem responsabilidades de maior importância (MARIN et al., 2012; FISCHER; BURTON, 2014). No entanto, este processo não é garantia de sucessão familiar. Para Mello (2006), dois fatores podem ajudar a esclarecer a evasão de jovens do meio rural: i) o papel historicamente coadjuvante da mulher, particularmente quanto a sua exclusão da gestão de atividades produtivas e a dependência financeira do marido; e ii) a influência da escola, especialmente após a instituição da “nucleação do ensino” – que levou os jovens rurais para estudar no meio urbano.

Estudos realizados no Rio Grande do Sul (TIHERRO et al., 2022), Santa Catarina (ABRAMOVAY et al., 2001) e em Minas Gerais (FARIA et al., 2019) constataram que as moças deixam o campo numa proporção muito maior que os rapazes. Para Abramovay et al. (1998), as relações sociais desiguais e excludentes presentes no interior da agricultura familiar podem ser considerados como um dos principais fatores responsáveis pela saída das mulheres do campo. Para Mello (2006), ainda é muito recente o desequilíbrio de gênero na população rural jovem do Oeste de Santa Catarina e, por isso, os efeitos do celibato masculino ainda não foram sentidos na sua plenitude.

Adicionalmente, também é atrativo aos jovens rurais as oportunidades de trabalho urbano remunerado, frequentemente com menor penosidade, remuneração mensal, acesso à educação e opções de lazer e cultura (BONIATTI; FABRIS, 2017).

Educação cooperativa

Entre 2017 e 2020 o cooperativismo catarinense observou aumento do número de cooperados, de 2,3 milhões para 3,0 milhões. As receitas totais também aumentaram no período, passando de 33 bilhões em 2017 para aproximadamente 50 bilhões em 2020. E em 2020 as cooperativas agropecuárias responderam por 69% das receitas totais do cooperativismo



catarinense. Apesar da importância econômica, a participação de jovens no quadro social é limitada. Em 2019 apenas 5,4% do quadro social das cooperativas agropecuárias do estado era formada por jovens com até 25 anos de idade (OCESC, 2019).

A educação é um dos pilares do cooperativismo, a partir do qual as cooperativas promovem a capacitação dos seus membros com o objetivo de promover o desenvolvimento do negócio e, conseqüentemente, das comunidades onde estão presentes (SAFANELLI, 2011; OCB, 2019).

Para Schneider (2003), a educação e a capacitação são indispensáveis em qualquer instituição, mas nas cooperativas são questões de sobrevivência. Sem essas atividades, as cooperativas são descaracterizadas ou até absorvidas pelo sistema socioeconômico e pelo processo social dominante, que é a livre concorrência e o conflito.

A relação entre sucessão familiar e educação está na premissa de que, através de programas de capacitação, a cooperativa é capaz de melhorar a eficiência técnica e produtiva, proporcionar melhores condições de vida aos seus associados (pela geração de renda agrícola) e, conseqüentemente, criar um ambiente mais atrativo aos jovens (SPANVELLO; LAGO, 2007). Matte e Büttgenbender (2019) constataram em seu estudo exploratório que a educação, formação e informação cooperativa impactam positivamente o desenvolvimento estratégico da organização. Adicionalmente, a participação dos associados é de suma importância para o desenvolvimento de cooperativas, sendo a educação cooperativa uma estratégia para mobilizar o engajamento dos seus membros.

Um caso de destaque é a C.Vale, uma das maiores cooperativas agroindústrias do Brasil, localizada no extremo Oeste Paranaense, que possui um programa de desenvolvimento de jovens lideranças com o objetivo capacitar e promover a sucessão familiar entre seus associados. Através das ações do programa, a C.Vale busca envolver jovens, filhos e filhas de cooperados através de cursos, palestras e treinamentos capazes de despertar seu interesse pela atividade agrícola e pelo modelo cooperativista (SESCOOP, 2014).

Outro exemplo é o Programa Aprendiz Cooperativo do Campo, desenvolvido pela Cotrisal na região Noroeste do Rio Grande do Sul. O objetivo principal do programa é promover a sucessão familiar entre os agricultores associados à cooperativa através da realização de atividades educacionais (capacitação técnica), com jovens na faixa etária de 16 a 20 anos (DE TOLEDO, 2021). Um estudo realizado em 2020, indicou que o programa teve efeitos positivos sobre a sucessão geracional, particularmente entre os jovens que, até o início do programa, tinham pouca ou nenhuma participação nas atividades rurais desenvolvidas pela família (DE TOLEDO, 2021).



METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em quatro municípios da região Oeste de Santa Catarina: Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Planalto Alegre e São Carlos. A coleta de dados foi realizada com a aplicação de dois questionários online, direcionados a dois grupos de jovens filhos de agricultores residentes na região do estudo e associados a uma das maiores cooperativas agroindustriais do Sul do país. O primeiro grupo consiste em jovens associados e/ou filhos de associados, formados pelo curso jovens lideranças e sucessão familiar (com duração de 180 horas), oferecido pela cooperativa, nas turmas dos anos de 2014 e 2018 (sendo estas as únicas turmas formadas desde 2014 na região de estudo). O segundo grupo consiste em jovens associados e/ou filhos de associados, mas que não participaram do curso de formação de jovens lideranças.

A seleção dos jovens foi feita em duas etapas: na primeira, identificaram-se 44 jovens que concluíram o curso de formação de lideranças nas edições de 2014 e 2018 através de um levantamento realizado com a colaboração do coordenador do programa educacional da cooperativa.

Na segunda etapa, foram identificados 20 jovens em condições similares ao primeiro grupo, exceto pelo fato de que não participaram do curso de formação de jovens lideranças e sucessão familiar oferecido pela cooperativa. Os jovens foram identificados a partir de famílias cooperadas com filhos aptos a participar do programa (i.e., com idade compatível), mas que não foram convidados ou optaram por não realizar o curso.

Desta forma, foram convidados para participar da pesquisa 64 jovens (n=64), 44 no primeiro grupo e 20 no segundo grupo. Destes, 20 jovens em cada grupo aceitaram participar do estudo, o que resultou em uma amostra final de 40 jovens (n=40).

As entrevistas foram conduzidas de forma remota, por conta das restrições impostas pela pandemia da Covid-19, e sem o acompanhamento de qualquer pessoa do quadro de funcionários da cooperativa para não influenciar e comprometer as respostas.

Questões fechadas foram utilizadas para coleta de informações relacionadas a variáveis contínuas ou discretas e com viés essencialmente quantitativo. Questões qualitativas também foram utilizadas para capturar a opinião ou impressão dos jovens sobre o curso de lideranças e seu impacto sobre a sucessão familiar.



A metodologia proposta foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas da Universidade Federal da Fronteira Sul (CEP-UFFS), através do parecer consubstanciado do CEP número 3.929.457 (CAAE: 29324920.2.0000.5564).

O roteiro elaborado foi aplicado pela plataforma Formulários Google no período de 22 de junho a 07 de julho de 2021. Os dados foram sistematizados em planilhas eletrônicas e a análise estatística utilizou o Teste-t, com 5% ($P < 0,05$) de significância.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os jovens entrevistados têm idade entre 20 e 37 anos, sendo que a média de idade do grupo que realizou o curso é de 26 anos e 27 no grupo que não realizou o curso. Do ponto de vista etário, os dois grupos são estatisticamente similares.

Quanto ao gênero dos jovens respondentes, no grupo que realizou o curso 75% são homens e 25% são mulheres. No grupo que não realizou o curso a distribuição é similar (sem diferença estatística), sendo 65% homens e 35% mulheres.

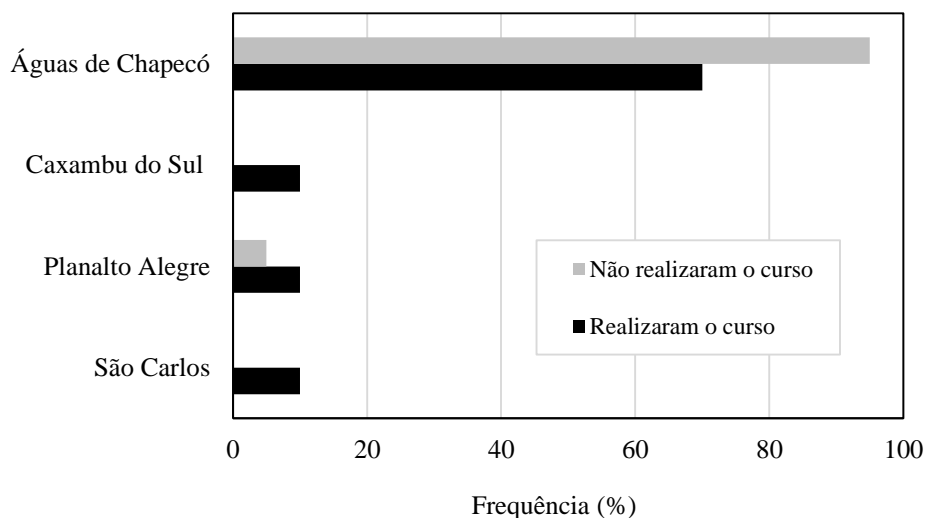
Nos dois grupos de estudo, há predominância do gênero masculino, isso se explica segundo Abramovay et al. (1998), porque o processo sucessório ainda é envolto em questões de desigualdade entre os gêneros. Os filhos homens têm o apoio dos pais para permanecerem no campo, enquanto as filhas são estimuladas a procurarem a realização profissional na cidade, o que resulta na masculinização do meio rural.

Em sua tese, Costa (2010) diagnosticou que a distribuição das terras de forma igualitária entre filhos homens e mulheres ainda está longe de ser realidade. Geralmente as filhas recebem compensações (i.e., dotes) ou porções de terra com menor aptidão agrícola ao se casarem.

O estudo desenvolvido por Spanevello (2008) avaliou o processo social da sucessão entre agricultores no Rio Grande do Sul e identificou que a transferência do patrimônio ocorre geralmente para um só filho homem, com diferentes formas de compensação para os demais filhos. Moreira e Hespanhol (2007) defendem que a existência de um maior número de sucessores do sexo masculino no meio rural expressa claramente como o poder se distribui na família, onde a gestão do estabelecimento é privilégio masculino e a mulher, na maioria das vezes, não tem poder de decisão sobre os destinos da propriedade.

Quanto ao local de residência dos jovens, o destaque é para o município de Águas de Chapecó, onde reside a maior população dos entrevistados em ambos os grupos (Figura 1).



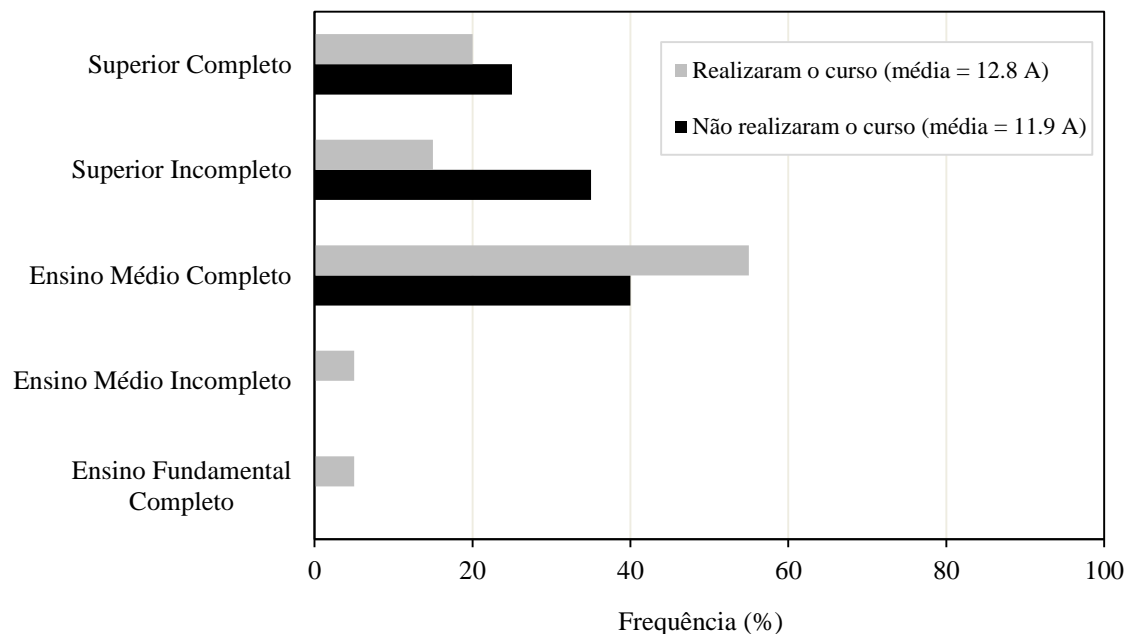
Figura 1- Município de residência dos jovens.

Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 2 apresenta a escolaridade dos respondentes, a maioria apresenta ensino médio completo e nenhuma diferença foi encontrada sobre a escolaridade média dos dois grupos.

A escolaridade é uma variável importante tanto para a permanência, como para a migração do meio rural (MUSSOI, 1993). Seja formal ou informal, a formação profissional é de extrema importância para o meio rural, pois permite a construção da viabilização econômica dos estabelecimentos agrícolas (TESTA et al., 1996).

Figura 2 - Escolaridade dos jovens que participaram e não participaram do curso para formação de jovens lideranças e sucessão familiar. Nota: média calculada a partir da frequência escolar (anos), letras iguais significam a ausência de diferença estatística pelo Teste-t ao nível de 5% de significância.



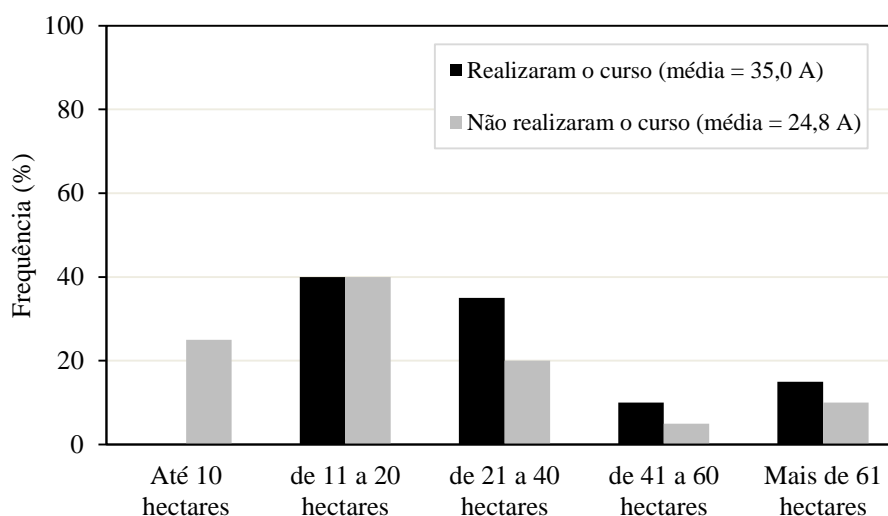
Fonte: dados da pesquisa.

Quanto ao número de pessoas que residem com os entrevistados, no grupo de jovens que realizaram o curso: 45% possuem até dois integrantes, 45% possuem de três a quatro integrantes e outros 10% possuem de cinco a seis integrantes. A distribuição no grupo que não realizou o curso é similar: 50% possuem de três a quatro integrantes, 20% possuem de cinco a seis pessoas e 30% possuem mais que seis integrantes.

Segundo Cobo e Sabóia (2004), em média, as famílias rurais brasileiras possuíam 3,5 componentes. As famílias residentes no meio rural passaram de 4,4 membros, em 1991, para uma média de 4 componentes, em 2000, o que é coerente com a tendência de redução do tamanho das famílias brasileiras, em áreas urbanas e rurais, verificada ao longo das últimas décadas.

A Figura 3 apresenta o tamanho das propriedades agrícolas onde os jovens residem, a distribuição é similar nos dois grupos, a maioria dos estabelecimentos possui entre 11 e 20 ha.

Figura 3- Tamanho dos estabelecimentos agrícolas. Nota: média calculada a partir da área média (ha) dos estabelecimentos agrícolas, letras iguais significam a ausência de diferença estatística pelo Teste-t ao nível de 5% de significância.

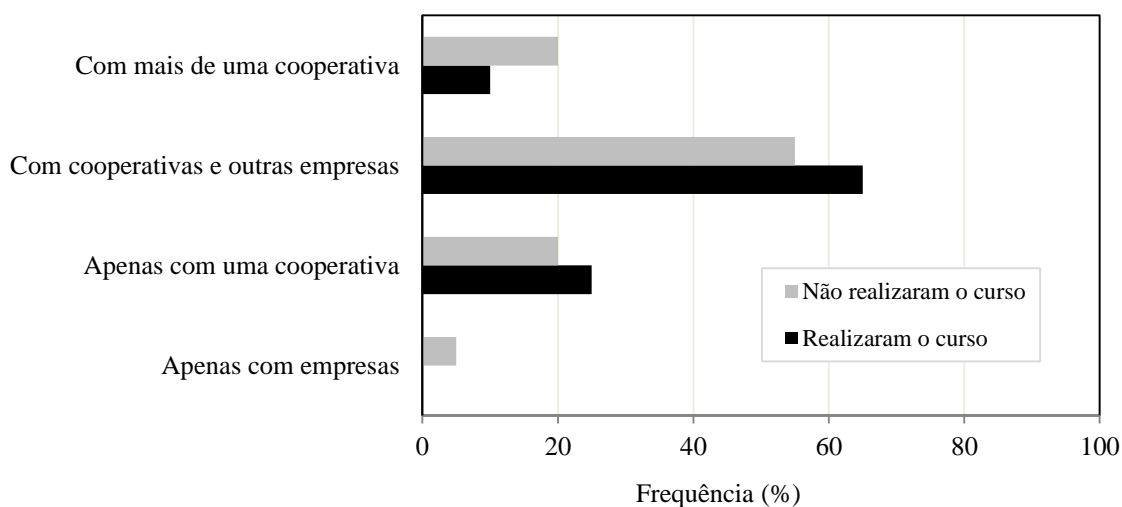


Fonte: dados da pesquisa.

Estes dados concordam com Manske (2010), que caracterizou a região Oeste de Santa Catarina por pequenas propriedades rurais, com mão-de-obra familiar. Zanin et al. (2013) também observaram em seu estudo a predominância de propriedades com área de 10,1 a 20 hectares no Oeste de Santa Catarina.

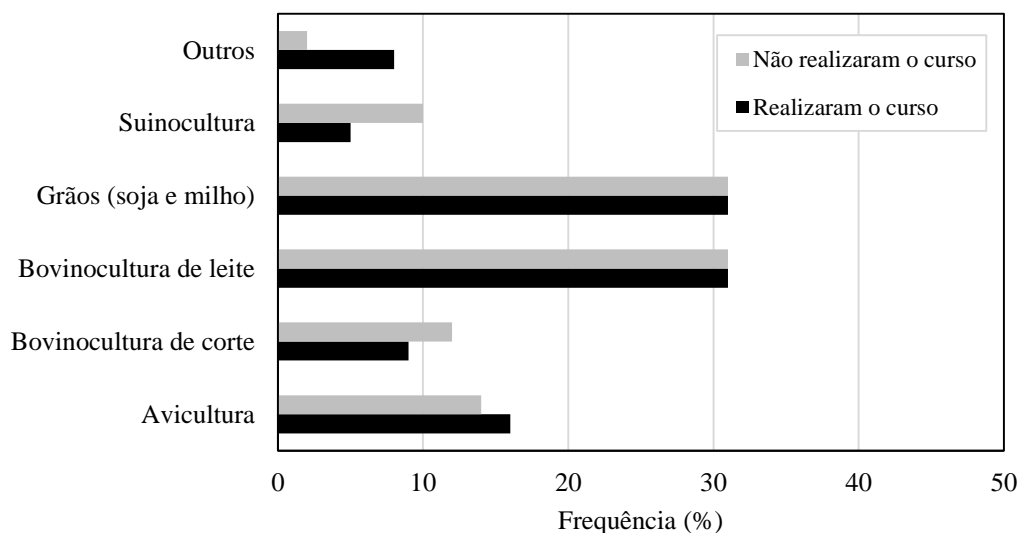
Um elemento importante na relação entre a cooperativa e os seus associados é a fidelização na compra de insumos e comercialização da produção. Além de fortalecer a cooperativa, a fidelização poderia ser um indicador importante para participação de jovens no programa de formação de lideranças. Os resultados, no entanto, não comprovaram tal hipótese. Não há diferença entre os grupos, e a maioria tem relação comercial com cooperativas e outras empresas (cerealistas, agropecuárias etc.) (Figura 4).

Zanin et al. (2013) constataram que 65% das propriedades estudadas estão associadas em alguma cooperativa. No entanto, uma parcela importante das propriedades rurais não comercializa sua produção através da cooperativa, muitos produtores alegaram conseguir preços melhores com outras empresas.

Figura 4 - Compra de insumos e venda de produtos agrícolas.

Fonte: dados da pesquisa.

Os grupos também são similares quanto as atividades desenvolvidas na propriedade rural. Destaque para a bovinocultura de leite e a produção de grãos, presentes em mais de 30% dos estabelecimentos rurais (Figura 5).

Figura 5 - Atividades agrícolas realizadas nos estabelecimentos agrícolas dos jovens que participaram e não participaram do curso de formação de lideranças e sucessão familiar.

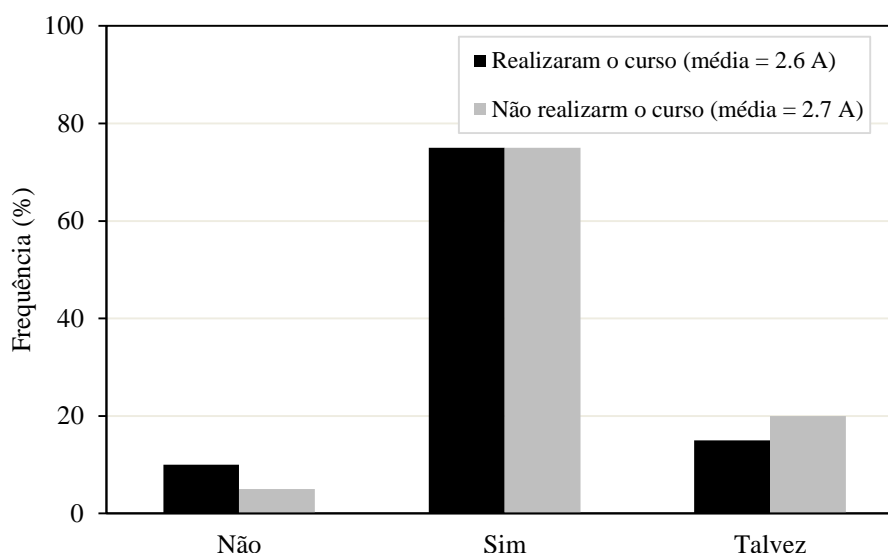
Fonte: dados da pesquisa.

Segundo Zago (2016), a produção familiar no Oeste de Santa Catarina é diversificada, com destaque para a produção de milho e soja, e a criação de aves, suínos e gado de leite. Segundo o autor, a região Oeste do estado “caracteriza-se por uma forte indústria agroalimentar, alicerçada

historicamente nas unidades familiares de produção”, e em cinco décadas tornou-se “o maior polo agroindustrial de aves e suínos do país”. A produção de grãos e a criação animal representam os principais setores do agronegócio brasileiro, que em 2020 respondeu por 26,6% do PIB nacional. A participação das pequenas propriedades rurais também é representativa neste contexto, especialmente ao se considerar as características dos estados da região Sul do Brasil (CEPEA, 2021).

A maioria dos jovens entrevistados, nos dois grupos estudados, manifestou intenção de suceder os pais na gestão da propriedade rural (Figura 6). Os resultados são relativamente altos quando comparados àqueles encontrados em outros estudos (ZANIN et al., 2013; WINCK et al., 2013).

Figura 6 – Intenção de suceder os pais na gestão da propriedade rural. Nota: Média calculada a partir dos valores atribuídos as respostas sim (3,0), talvez (2,0) e não (1,0). Letras iguais significam a ausência de diferença estatística pelo Teste-t ao nível de 5% de significância.



Fonte: dados da pesquisa.

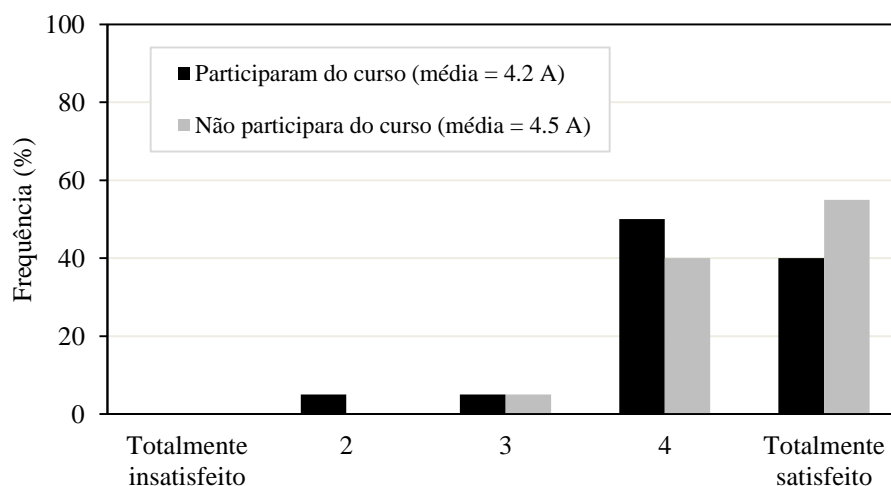
O estudo realizado por Zanin et al. (2013) sobre gestão de propriedades rurais do Oeste de Santa Catarina, identificou que apenas 3% dos gestores acreditavam na possibilidade de sucessão familiar. Outro estudo realizado em 12 municípios da região Oeste de Santa Catarina identificou que em 55,6% das propriedades rurais estudadas não há interesse dos filhos em dar continuidade as atividades produtivas desenvolvidas pela família (WINK et al., 2013). No entanto, Abramovay et al. (2001) identificaram que 69% dos rapazes e 32% das moças da região Oeste Catarinense demonstraram desejo de permanecer na atividade agrícola familiar.

O interesse pela sucessão está relacionado, entre outras coisas, a atratividade da atividade agrícola, infraestrutura disponível e adequadas condições de trabalho. Spanevello e Lago (2007) citam que o acesso à terra, educação e lazer, crédito e as políticas públicas de incentivo, juntamente com o estímulo recebido de instituições de fomento técnico e extensão rural são aspectos que favorecem a sucessão na agricultura familiar.

A Figura 7 apresenta o grau de satisfação dos jovens com o trabalho rural. Em ambos os grupos, os jovens demonstram satisfação similar com as atividades que exercem no meio rural, sendo que a maioria dos jovens se considera muito satisfeito com o trabalho rural. O que ajuda a explicar o interesse pela sucessão familiar.

Figura 7 - Satisfação pessoal com o trabalho rural realizado no estabelecimento da família.

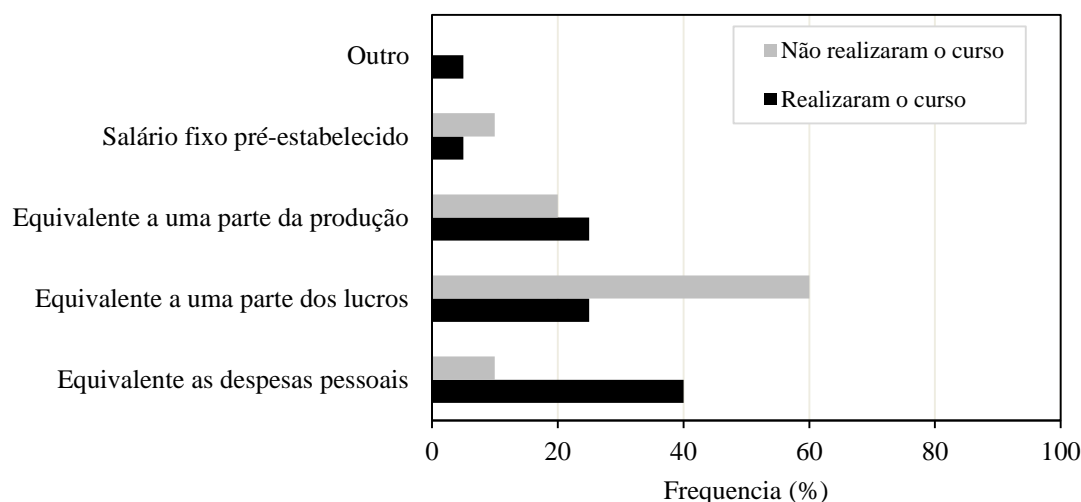
Nota: Média calculada a partir dos valores atribuídos as respostas sim (de 1,0 a 5,0). Letras iguais significam a ausência de diferença estatística pelo Teste-t ao nível de 5% de significância.



Fonte: dados da pesquisa.

Nascimento et al. (2017), afirmam que é importante considerar a satisfação dos indivíduos com o seu trabalho, o que tem impacto sobre a qualidade de vida e saúde dos trabalhadores.

Quanto à remuneração do trabalho realizada na propriedade rural, no grupo que realizou o curso a condição mais frequente é caracterizada pelo custeio das despesas pessoais pelos pais, enquanto no grupo que não realizou o curso a maioria recebe parte do lucro e decide como gastar ou investir (Figura 8).

Figura 8 – Remuneração dos jovens pelo trabalho realizado na propriedade rural.

Fonte: dados da pesquisa.

Lamarche (1993) afirma em seu estudo que a juventude está presente na agricultura por meio de sua inserção no trabalho familiar, uma vez que essa se caracteriza pela “unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. Para Brumer et al. (2000) a permanência do jovem no campo depende de autonomia na realização do trabalho junto à propriedade familiar e de retribuição monetária aos jovens.

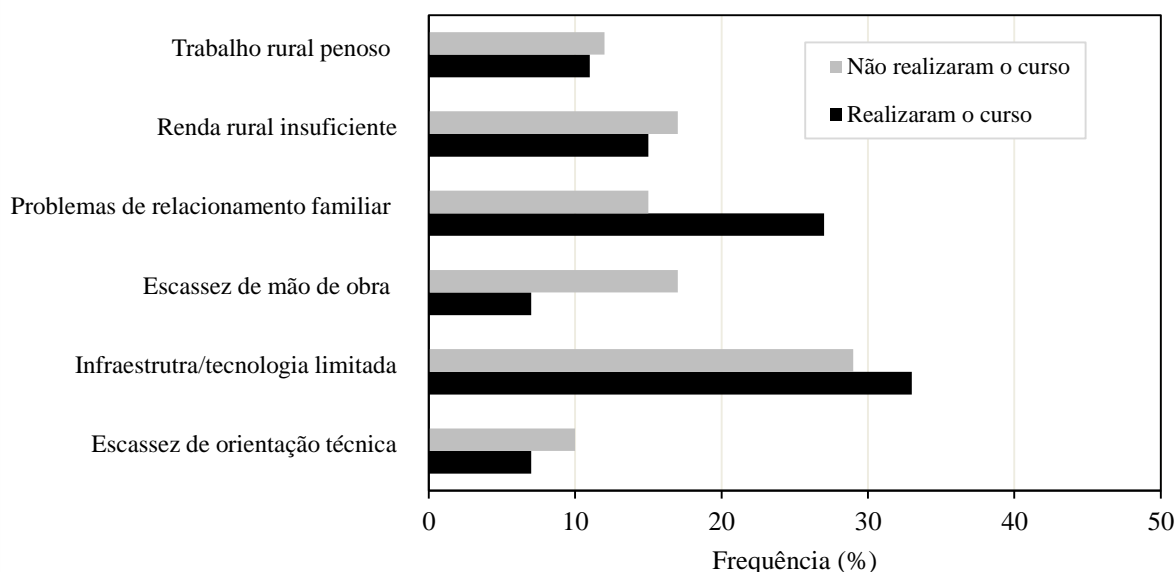
Os dois grupos de jovens estudados também são similares quanto a sua participação nas decisões relativas à gestão da propriedade rural. No grupo que participou do curso, 85% participam das decisões, apenas 15% dizem que raramente participam. No grupo que não realizou o curso: 95% participam das decisões os outros 5% dizem que raramente participam.

De acordo com Abramovay et al. (1998), um dos principais entraves para a ocorrência da sucessão familiar nas propriedades familiares é o fato de que o pai gerencia o estabelecimento sem a participação efetiva dos sucessores, restando aos filhos apenas o desenvolvimento dos trabalhos e a espera pelo momento da sucessão, fato este que, segundo o autor, compromete o desenvolvimento da propriedade e inibe a capacidade de gestão dos filhos, desmotivando-os e levando-os a deixar a propriedade.

Spanevello (2008) concorda que os fatores relacionados à continuidade dos estabelecimentos agropecuários estão, na maioria das vezes, relacionados à dinâmica interna do grupo familiar, ou seja, a família e as relações interpessoais refletem diretamente na decisão do jovem em assumir a propriedade ou buscar alternativa de sobrevivência.

Os jovens também apresentaram opiniões similares quanto aos fatores que dificultam sua permanência no campo, com destaque para a falta de infraestrutura e relacionamento familiar (Figura 9). Costa (2010), em sua tese, identificou que a afinidade com o meio rural e com as atividades desenvolvidas na agricultura e o bom relacionamento com os pais, ou seja, onde há um bom diálogo e concordância nas decisões, são os de maior relevância na definição do sucessor.

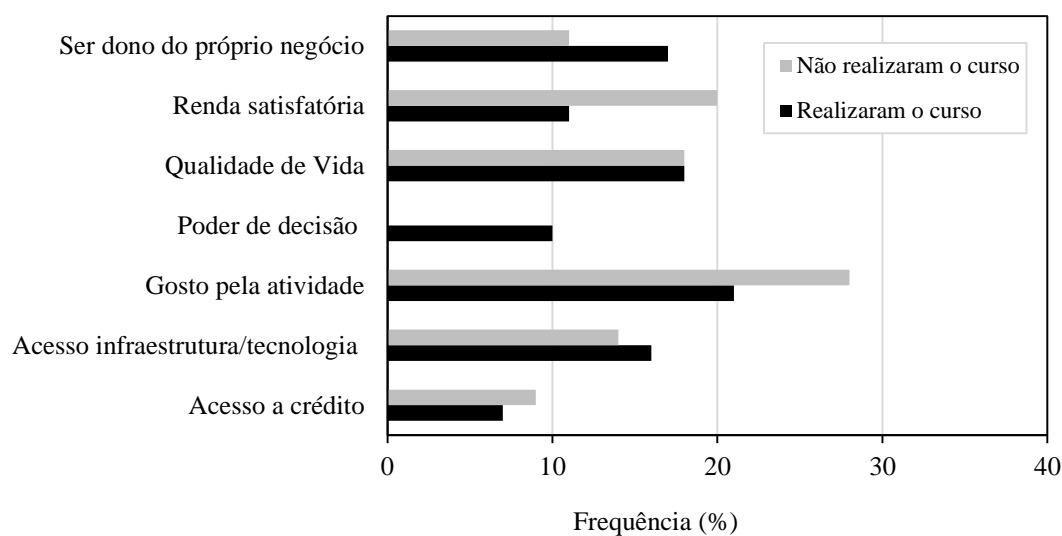
Figura 9 - Fatores que dificultam a permanência dos jovens no estabelecimento rural (sucessão familiar).



Fonte: dados da pesquisa.

Quanto aos fatores capazes de incentivar a permanência dos jovens na propriedade, ambos os grupos destacaram o gosto pela atividade agrícola, assim como infraestrutura, qualidade de vida e renda (Figura 10).

Figura 10 - Fatores capazes de incentivar a permanência dos jovens no estabelecimento rural (sucessão familiar).



Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados vão ao encontro daqueles encontrados por Abramovay et al. (1998) e Spanevello (2008) que, em seus estudos, destacam a importância da vocação e o gosto pela atividade agrícola, renda agrícola, proximidade e atratividade dos centros urbanos, influências internas relacionadas à composição da família, tais como nível de riqueza, escolaridade, faixa etária e gênero. Adicionalmente, Savian (2014) cita que a decisão de ficar no campo ou deixá-lo ocorre conforme os propósitos do indivíduo, mas é influenciada pelo contexto social em que ele se insere.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As causas para sucessão familiar são relativamente complexas e multidimensionais, conquanto, muitas cooperativas agropecuárias concentram seus esforços em ações educacionais para promover a permanência de jovens no campo. Mas seria essa uma estratégia efetiva para tratar do problema?

Os resultados não permitem identificar uma contribuição significativa do curso de capacitação de jovens lideranças sobre a sucessão familiar na região estudada. Ou seja, a probabilidade de sucessão familiar no grupo que realizou e não realizou o curso é a mesma. Os jovens estudados também são similares em outros aspectos, como idade, gênero, escolaridade, tamanho e tipo de atividade desenvolvida no estabelecimento rural e satisfação com o trabalho

rural. Também coincidem quanto a sua disposição para permanecer no campo (sucessão familiar), uma vez que aproximadamente 75% pretendem suceder os pais na gestão da propriedade rural.

Apesar da importância da educação cooperativa para construção de capacidades técnicas, por exemplo, os resultados destacam possíveis limitações das ações voltadas para educação de jovens com foco na sucessão familiar. Ou seja, a promoção da sucessão familiar como resultado direto da participação de jovens em atividades educacionais.

Aparentemente, as condições encontradas pelos jovens na região de estudo são favoráveis à sua permanência no estabelecimento rural, independentemente de sua participação no curso jovens lideranças e sucessão familiar. Com destaque para infraestrutura, acesso à educação, lazer e cultura, renda rural, penosidade do trabalho (atividades mecanizadas) e gosto pela atividade.

Também foi possível identificar baixa prevalência de mulheres (média de 30%) entre os jovens que fizeram ou não fizeram o curso de capacitação oferecido pela cooperativa, corroborando a outros trabalhos sobre o êxodo de mulheres e a masculinização do meio rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, R. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri, Brasília: NEAD/ Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

ALVES, P. A.; MATTEI, L. F. **Migrações no Oeste catarinense: história e elementos explicativos**. In: **Anais...** XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), Caxambu MG, 2006.

BONIATTI, M.; FABRIS, A. **Juventude rural no Oeste catarinense**. UNIEDU Santa Catarina, 2017. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Marlene-Boniatti.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2020.

BRUMER, A.; ROSAS, E. N. L.; WEISHEIMER, N. **Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar**. In: **Anais...** Salão de Iniciação Científica, UFRGS. Porto Alegre RS, 2000.

CEPA. Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2016 – 2017**. Florianópolis SC, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.epagri.sc.gov.br/SAA/article/view/521>. Acesso em: 10 ago. 2020.



CEPA. Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2017 – 2018**. Florianópolis SC, 2018. Disponível em: <http://webdoc.epagri.sc.gov.br/sintese.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2020.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB-AGRO/CEPEA: Com Avanço de 24,3% no Ano, PIB Agro Alcança Participação de 26,6% no PIB brasileiro em 2020**. Florianópolis SC, 2021. Disponível em: <https://cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-com-avanco-de-24-3-no-ano-pib-agro-alcanca-participacao-de-26-6-no-pib-brasileiro-em-2020.aspx>. Acesso em: 10 set. 2021.

CERON, A. **Agricultura familiar responde por metade do faturamento da agropecuária em SC**. Secretaria de Estado da Fazenda. Governo do Estado de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3SGO2uX> Acessado em: 08 Ago. 2020.

COBO, B.; SABÓIA, A. L. Famílias Rurais: Tipologia, Composição da Força de Trabalho e Outros Aspectos Socioeconômicos. In: **Anais...** XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambú MG, 2004.

COSTA, A. M. S. **Fatores econômicos e culturais da sucessão na agricultura familiar: um estudo sobre o Oeste catarinense**. 2010. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa MG, 2010.

DE TOLEDO, V. B. **Os efeitos do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo na sucessão geracional: um estudo na cooperativa Cotrisal**. Relatório (Estágio em Administração), Universidade Federal de Santa Maria, Palmeira das Missões, 2021.

DEFRANCESCO, E.; GATTO, P.; MOZZATO, D. To leave or not to leave? Understanding determinants of farmers' choices to remain in or abandon agri-environmental schemes. **Land Use Policy**, v. 76, p. 460–470, 2018. <https://doi.org/10.1016/J.LANDUSEPOL.2018.02.026>

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Migration, agriculture and rural development**. Rome, 2016. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i6064e/i6064e.pdf>. Acesso em: 02 Set. 2022.

FARIA, G. J. A.; FERREIRA, M. D. L. A.; PAULA, A. M. N. R. Êxodo Rural Feminino: Gênero, Ruralidades e as Razões e Consequências da Migração da Juventude Rural Feminina. **Revista Grifos**, v. 28, n. 47, p. 98–120, 2019. <https://doi.org/10.22295/GRIFOS.V28I47.4620>

FISCHER, H.; BURTON, R. J. Understanding farm succession as socially constructed endogenous cycles. **Sociologia ruralis**, v. 54, n. 4, p. 417-438, 2014.

HEIDE-OTTOSEN, S. **The ageing of rural populations: evidence on older farmers in low and middle-income countries**. HelpAge International. London, 2014. Disponível em: <https://www.helpage.org/silo/files/the-ageing-of-rural-populations-evidence-on-older-farmers-in-low-and-middleincome-countries.pdf>. Acesso em: 02 Set. 2022.



LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução Ângela Maria Naoko Tijiwa. Unicamp, 1993.

LEAVY, J.; HOSSAIN, N. Who Wants to Farm? Youth Aspirations, Opportunities and Rising Food Prices. **IDS Working Papers**, v. 439, p. 1–44, 2014. <https://doi.org/10.1111/J.2040-0209.2014.00439.X>

LEONE, N. M. G. A sucessão não é um tabu para os dirigentes da P.M.E. In: **Anais... XV Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, ENANPAD**, Belo Horizonte MG, 1991.

MANSKE, R. G. **Reedição de Urbanização e Mudança Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

MARIN, J. O. B. et al. O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo - RS. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, p. 763-786, 2012.

MARQUES, N. E.; NORONHA, H. F. **Agricultura familiar, entender e transformar**. Epagri: Florianópolis SC, 1998.

MATTE, N.; BÜTTENBENDER, L. P. **Estudo sobre educação cooperativa e a educação social no sistema cooperativista**. Unijuí, 2019. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br>. Acesso em: 01 jul. 2021.

MELLO, M. A. Transformações sociais recentes no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: migração, sucessão e celibato. In: **Anais... XLIV Congresso da Sober**, Fortaleza CE, 2006.

MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. M. O lugar como uma construção social. **Formação (Online)**, v. 2, n. 14, p. 48-60, 2007.

MUSSOI, E. M. **Juventude rural: em busca de um trabalho sob nova dinâmica**. Epagri: Florianópolis SC, 1993.

NASCIMENTO, J. S. et al. A Satisfação do Trabalhador Rural: uma relação entre a assistência técnica e a gestão da propriedade e uma implicação na sucessão das unidades familiares. **Revista Espacios**, v. 38, n. 09, p. 24-36, 2017.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Somos Cooperativismo**. Portal Somos cooperativismo. Florianópolis SC, 2019. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>. Acesso em: 30 nov. 2020.

OCESC. Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina. **Números**. Florianópolis SC, 2019. Disponível em: <http://www.ocesc.org.br/itens/numeros>. Acesso em: 30 nov. 2020.

SAFANELLI, A. S. S. et al. A educação cooperativa: valorização do ser humano. In: **Anais... XI Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Florianópolis SC, 2011.



SAVIAN, M. Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar? **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 159, p. 97–106, 2014.

SCHNEIDER, J. O. **Pressupostos da educação cooperativa: a visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo**. Educação cooperativa e suas práticas. Brasília: SESCOOP, 2003.

SESCOP. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Compêndio de boas práticas de Gestão e Governança Ciclo 2013/2014**. Florianópolis SC, 2014. Disponível em: <https://www.somoscooperativismo.coop.br/publicacao/17/compendio-de-boas-praticas-de-gestao-e-governanca>. Acesso em: 14 set. 2021.

SPANEVERELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2008.

SPANEVERELLO, R.; LAGO, A. As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar. In: **Anais... XLV Congresso da Sober**. Londrina PR, 2007.

SUMBERG, J. et al. Introduction: The Young People and Agriculture ‘Problem’ in Africa. **IDS Bulletin**, v. 43, n. 6, p. 1–8, 2012. <https://doi.org/10.1111/J.1759-5436.2012.00374.X>

TESTA, V. M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste catarinense**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

TIHERRO, R. M.; DALCIN, D.; ANES, C. E. R. Permanecer ou sair do meio rural? O dilema dos jovens graduandos do município de Cerro Largo/RS. **Revista Grifos**, v. 31, n. 57, p. 01–19, 2022. <https://doi.org/10.22295/GRIFOS.V31I57.6736>

TOLOTTI, C. M. F.; KRUGER, S. D.; PETRI, S. M. Características do Processo de Sucessão Familiar: Uma Abordagem em Entidades Rurais de Santa Catarina. **Revista Eletrônica de Extensão da URI**, v. 14, n. 26, p. 97–109, 2018.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapas de estudos recentes**. Brasília: MDA, 2005.

WEISHEIMER, N. Situação juvenil e projetos profissionais de jovens agricultores familiares no Recôncavo da Bahia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 1, p. 67-94, 2019.

WHITE, B. Agriculture and the Generation Problem: Rural Youth, Employment and the Future of Farming. **IDS Bulletin**, v. 43, n. 6, p. 9–19, 2012. <https://doi.org/10.1111/J.1759-5436.2012.00375.X>

WINCK, C. A. et al. Processo sucessório em propriedades rurais na Região Oeste de Santa Catarina. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 11, n. 2, p. 115- 127, 2013.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, p. 61–78, 2016. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216404>



ZANIN, A. et al. Gestão das propriedades rurais do Oeste de Santa Catarina: as fragilidades da estrutura organizacional e a necessidade do uso de controles contábeis. *In: Anais...* Congresso Brasileiro de Custos. Uberlândia MG, 2013.

